



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 011, DE 12 DE AGOSTO DE 2024

Estabelece sobre a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO *PRO TEMPORE* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO – UFAPE no uso de suas atribuições conforme Decreto Presidencial de 30/01/2024, publicado no DOU em 31/01/2024, seção 2, pág. 1

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE, conforme o Anexo I.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Boletim de Serviço da UFAPE.

APROVADA NA 4ª(QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO *PRO TEMPORE*, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2024

PROF. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO

PRESIDENTE

ANEXO 01



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO - PREG**

**POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A FORMAÇÃO
INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Garanhuns, 27 de junho de 2023

REITOR

Airon Aparecido Silva de Melo

VICE-REITOR(A)

Mácio Farias de Moura

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG

Emanuelle Camila Moraes de Melo Albuquerque Lima

PRÓ-REITOR(A) DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO- PRPPGI

José Romualdo de Sousa Lima

PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO E CULTURA – PREC

Marcos Pinheiro Franque

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PRAE

Joselya Claudino de Araújo

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO - PROPLAN

Victor Netto Maia

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

José Renato Correia Ferro

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEPE

Valdeline Adriany Cardoso de Oliveira Melo

**COLEGIADO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA DE PROFESSORES DA UFAPE**

REPRESENTANTES DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO - PREG

Gustavo Henrique da Silva Lima - Presidente/ Titular

Safira Valença Bispo - Suplente

REPRESENTANTES DE PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - PREC

Leila Nascimento da Silva

Anderson Fernandes de Alencar

**REPRESENTANTES DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO - PRPPGI**

Adeilson Pinheiro Sedrins

Rodrigo Gusmão de Carvalho Rocha

REPRESENTANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Eudes da Silva Santos

Angela Valéria Alves de Lima

Valéria Suely Simões Barza

Elaine Cristina Nascimento da Silva

REPRESENTANTES DO CORPO TÉCNICO

Maria Edilene Vilaça de Souza

Larissa Alencar Martins

**REPRESENTANTE DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO AGRESTE
MERIDIONAL**

José Pereira de Barros

REPRESENTANTE DA UNDIME /AGRESTE MERIDIONAL

Daniele Delgado Santos

REPRESENTANTES DISCENTES

Leudson Diêgo Moreira Silva

Adeilson Ferreira da Silva Júnior

SUMÁRIO

1. Apresentação e objetivos	5
2. Um breve histórico das licenciaturas da UFAPE	5
2.1. Curso de Pedagogia: a primeira licenciatura	6
2.2. Licenciatura em Letras: mais um grande passo para a expansão das licenciaturas no agreste pernambucano	7
3. Organização e funcionamento das licenciaturas na UFAPE.....	8
4. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação para a docência na UFAPE	15
5. O perfil do egresso na UFAPE: que professores queremos formar?.....	19
6. O cenário da educação básica na região do Agreste Meridional de Pernambuco e o papel da UFAPE nesse contexto.....	20
7. Caminhos para operacionalizar o diálogo entre formação inicial e continuada de professores	36

1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVO

Este documento tem como objetivo apresentar a política interna da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. As discussões e dados aqui explicitados são fruto de um diálogo com representação dos diferentes segmentos (docentes, técnicos e discentes) da comunidade acadêmica e de algumas instâncias da educação básica na região do agreste meridional de Pernambuco, a saber: UNDIME, Secretaria Municipal de Educação de Garanhuns e Gerência Regional de Educação do Agreste Meridional. Espera-se, com isso, estabelecer princípios e saberes orientadores da elaboração dos PPC dos cursos de licenciatura desta universidade, com vistas à formação inicial de professores. Igualmente, devem ser pensadas estratégias de articulação entre a universidade e os sistemas públicos de ensino da região para a formação continuada de professores.

A implementação e a regulação desta política ficarão sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG).

2. UM BREVE HISTÓRICO DAS LICENCIATURAS DA UFAPE

A Lei nº. 13.651, de 11 de abril de 2018, criou a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), por desmembramento, por parte da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da antiga Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG).

Os cursos de licenciatura da UFAPE remontam à antiga UAG, que iniciou as suas atividades de ensino com quatro cursos de graduação, em 05 de setembro de 2005 (Agronomia; Normal Superior, transformado posteriormente em Licenciatura em Pedagogia; Medicina Veterinária e Zootecnia). A UAG foi a primeira expansão universitária no cenário nacional, originária de um novo plano governamental de interiorização do ensino superior.

Em 2009, através Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foram implementados três novos cursos, a saber: Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Bacharelado em Ciência da Computação e Engenharia de Alimentos. O curso de Letras foi ofertado no turno noturno, pois considerou-se que havia uma demanda específica de trabalhadores que só dispunham de tempo para estudar nesse horário.

2.1. Curso de Pedagogia: a primeira licenciatura

O Curso Normal Superior foi criado em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), com o objetivo de formar docentes em nível superior para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A princípio, o curso funcionou com uma turma de 40 alunos e um corpo docente formado por quatro professores, sem que nenhum fosse especialista na área específica da Pedagogia. Essa situação, que se caracterizou como uma dificuldade no início, foi razão também para um grande empenho coletivo no sentido de configurar o caráter multidisciplinar característico desse curso, sendo, por sua vez, decisivo para a constituição de uma nova identidade, complexa e plural, pela qual o curso hoje se representa enquanto Licenciatura em Pedagogia.

Em 2006, em nível nacional, foram iniciadas as discussões sobre a natureza e a função do curso de Normal Superior, advindas de um confronto com os cursos de Pedagogia, historicamente já reconhecidos no Brasil como cursos responsáveis pela formação acadêmica de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em fevereiro de 2007, com apenas três semestres de atuação do curso de Normal Superior na UAG, tomou-se a decisão de mudar a natureza do curso para Licenciatura Plena em Pedagogia, mantendo-se os dois princípios norteadores do curso: a interface entre teoria e prática, centro de todo o trabalho pedagógico; e a definição do professor como pesquisador, um profissional capaz de gerir e investigar a sua prática pedagógica.

O curso adotou, desde o seu princípio, a concepção teórico-metodológica de formação de professores presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação docente, levando em consideração as questões educacionais e sociais emergentes. Seu objetivo geral foi e continua sendo formar profissionais da educação para atuar na docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental/Anos Iniciais, na pesquisa, na extensão, na gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de Educação Básica, nas diversas modalidades e demais atividades pedagógicas, visando a um constante diálogo com os princípios da equidade social, da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, do respeito à diversidade de gênero, raça e religião e com a realidade do território do Agreste Meridional.

A autorização¹ do curso de Licenciatura em Pedagogia foi feita através da Portaria nº 866, de 12 de julho de 2010, e publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), em 13 de julho de 2010. A seguir, em maio de 2012, foi realizado o 1º processo de avaliação do curso, visando ao seu reconhecimento, obtendo o conceito final “4”.

Sempre muito atuante nos processos de formação inicial e continuada de professores, o curso de Pedagogia participou de todos os editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID – e do Programa Residência Pedagógica – RP – que a UFRPE concorreu, tendo o seu projeto aprovado na maioria deles. Atualmente, a UFAPE vem conseguindo uma boa aprovação nos últimos editais dos programas elencados acima.

Desde a sua criação, o curso Licenciatura em Pedagogia é ofertado nos turnos matutino e vespertino, oferecendo 80 vagas anuais. Diante dos novos desafios e das demandas oriundas do atual contexto socioeconômico-cultural bem como as novas exigências legais para a formação de professores, fez-se necessária uma reanálise da matriz curricular, que passou por ajustes de carga horária, ampliando a duração do curso para nove semestres letivos.

2.2. Licenciatura em Letras: mais um grande passo para a expansão das licenciaturas no agreste pernambucano

O curso de Licenciatura em Letras da UFAPE foi autorizado e implementado por meio da Portaria nº 867, de 12 de julho de 2010, fruto dos esforços concentrados de professores atuantes no curso de Licenciatura em Pedagogia, que vislumbraram a viabilidade e o sucesso de uma nova licenciatura na antiga UAG. No decorrer de sua história, o curso passou a contar com docentes concursados nas áreas diversas e abrangentes, sobretudo nos eixos principais (Linguística e Língua Portuguesa, Literatura, Língua Inglesa, disciplinas pedagógicas).

No ano de 2013, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em observação às exigências curriculares nacionais, propôs uma nova Matriz Curricular, ajustando cargas-horárias, incluindo disciplinas exigíveis oficialmente para o curso bem como outras que se reconhece como imprescindíveis para o profissional de Letras. Em 22 de outubro de 2014, foi publicado, no Diário Oficial da União, Portaria 588, o ato regulatório de reconhecimento do

¹ [1] Dados extraídos do Relatório de avaliação – Protocolo nº 201108681 – ato de reconhecimento do curso, em maio/2012.

Curso. Em 24 de dezembro de 2015, foi publicada, também no Diário Oficial da União, a Portaria 1098 com a renovação do reconhecimento do Curso.

Ainda em 2013, a antiga UAG foi contemplada com o curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Foi um marco importante a implementação do Programa para toda a região, devido a demandas na formação continuada qualificada de professores que atuam na educação básica.

Ao longo da sua história, o curso de Letras também vem participando, de maneira engajada, do Programa de Iniciação à Docência, o PIBID, em vários editais; e do Residência Pedagógica, o RP, no seu primeiro edital, em 2018, e no ano de 2022.

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS LICENCIATURAS DA UFAPE

Pautados em princípios como a ética e a transparência e em fundamentos teórico-metodológicos sincronizados com os estudos científicos recentes na área de educação, os currículos dos cursos de licenciatura da UFAPE priorizam tanto uma formação acadêmica de excelência quanto os saberes necessários ao desenvolvimento profissional da docência. Tudo isso com vistas a formar professoras (es) com as competências necessárias para atuar prioritariamente na educação básica da região do agreste meridional de Pernambuco, nas redes públicas e privadas de ensino.

A UFAPE possui, hoje, 02 (dois) cursos de Licenciatura, Letras e Pedagogia, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 1 – Atos Regulatórios dos Cursos de Licenciaturas da UFAPE

Curso	Ano	Documento	Assunto
Pedagogia	2007	Portaria nº 891, de 12/09/2007.	Autorização do curso Normal Superior.
	2010	Portaria nº 866, de 12 de Julho de 2010. (DOU,13/07/2010).	Autorização do curso de Licenciatura em Pedagogia
	2012	Portaria nº 188, de 01/10/2012. (DOU 03/10/2012)	Reconhecimento de curso.
	2012	Portaria nº 286, de 21/12/2012. (DOU 27/12/2012)	Renovação de reconhecimento de curso
	2015	Portaria nº 1098, de 24/12/2015. (DOU 30/12/2015)	Renovação de reconhecimento de curso
	2018	Lei Federal nº 13.651, de 11/04/2018) (DOU. 12/04/2018)	Transferência de curso por transformação de IES.
	2018	Portaria nº 922, de 27/12/2018. (DOU 28/12/2018)	Renovação de reconhecimento de curso
Letras	2010	Portaria nº 867, de 12 de julho de 2010.	Autorização do curso

	2014	Portaria nº 588, de 22/10/2014 (DOU, 23/10/2014).	Reconhecimento do Curso
	2015	Portaria nº 1098, de 24/12/2015 (DOU, 30/12/2015).	Renovação de reconhecimento do curso
	2018	Lei Federal nº 13.651, de 11/04/2018) (DOU, 12/04/2018)	Transferência de curso por transformação de IES.
	2018	Portaria nº 922, de 27/12/2018. (DOU 28/12/2018)	Renovação de reconhecimento de curso

Fonte: Portal e-MEC.

Os dois cursos de licenciatura são presenciais e somam uma oferta de 160 vagas, representando quase 30% da oferta de vagas da UFAPE. O ingresso dos discentes ocorre através do Sistema de Seleção Unificado – SISU, com base nos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e do Ingresso Extra SisU.

Todavia, no projeto de expansão da UFAPE, há pretensões de criação e implementação de novos cursos de licenciatura, inclusive na modalidade da Educação a Distância – EAD. Os cursos atuais e os que serão propostos são norteados por meio da indissociável relação entre teoria e prática. Tal relação é objeto preponderante nos cursos de licenciatura.

O curso de Letras, com dupla formação (língua portuguesa e língua inglesa e suas literaturas), funciona no turno noturno e está organizado em 09 (nove) períodos, com uma entrada por semestre. O objetivo do curso é formar professores com habilidades e saberes necessários ao ensino de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas, especificamente para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Já o curso de Pedagogia, também possui 9 (nove) períodos, com funcionamento nos turnos matutino e vespertino, alternando em duas entradas anuais, uma por semestre. O

objetivo desse curso é formar professores para atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nas diferentes modalidades da educação básica.

O ingresso nas licenciaturas ocorre prioritariamente via Sistema de Seleção Simplificada – SISU, tomando como referência o resultado da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Outras maneiras de ingresso ocorrem por meio de processo extra SISU: reintegração, equivalência, transferência externa, portador(a) de diploma e nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Além do exposto acima, pode ocorrer o ingresso em uma licenciatura por meio de acordo entre a UFAPE e Instituições de Ensino Superior (IES) de outros países.

Além de uma carga horária ampliada de estágios obrigatórios, os quais são ofertados conforme a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2009, os cursos de licenciatura da UFAPE oferecem, a uma parcela dos seus discentes, dois programas acadêmicos de iniciação à docência, com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os quais possibilitam a imersão dos futuros professores na escola durante toda a graduação. São eles: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do primeiro ao quarto período; e o Programa Residência Pedagógica (PRP), do 5º período em diante.

Conforme o quadro abaixo, os cursos de licenciatura da UFAPE possuem duração de 9 semestres letivos, média recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior.

Quadro 2 - Características das Licenciaturas da UFAPE

Curso	Duração	Turno	Entrada	Vagas	Modalidade
Pedagogia	9 semestres	Diurno	Semestral	80 vagas anuais	Presencial
Letras – Português/Inglês	9 semestres	Noturno	Semestral	80 vagas anuais	Presencial

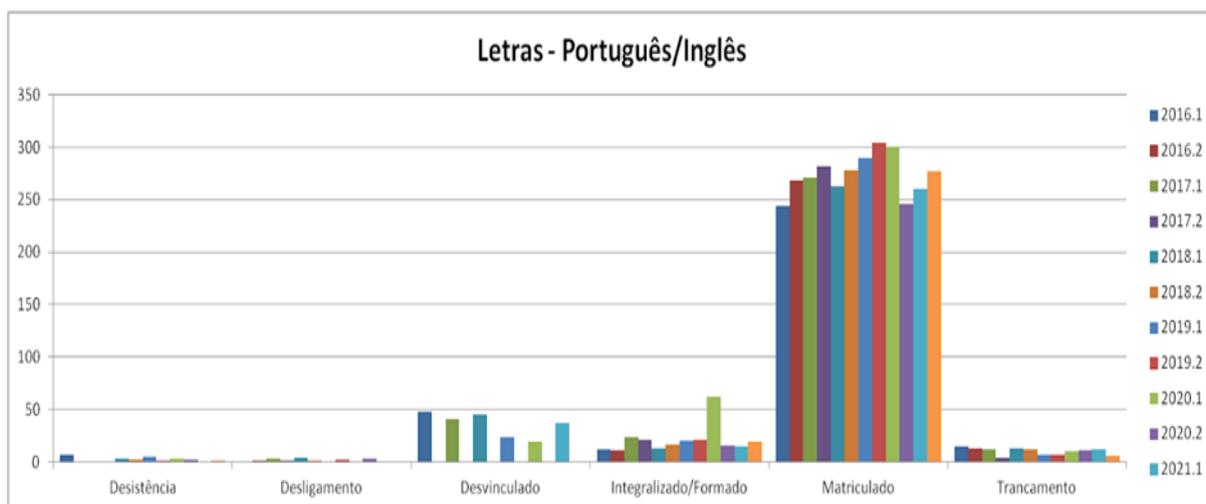
Fonte: PPC dos cursos

Com base nos dados do SIG@, apresentados nos quadros 3 e 4 abaixo, a UFAPE formou 524 professores/as para atuar na educação básica entre os anos 2016 a 2021. De acordo o último levantamento, no semestre de 2021, possuía 551 discentes matriculados em cursos de licenciatura.

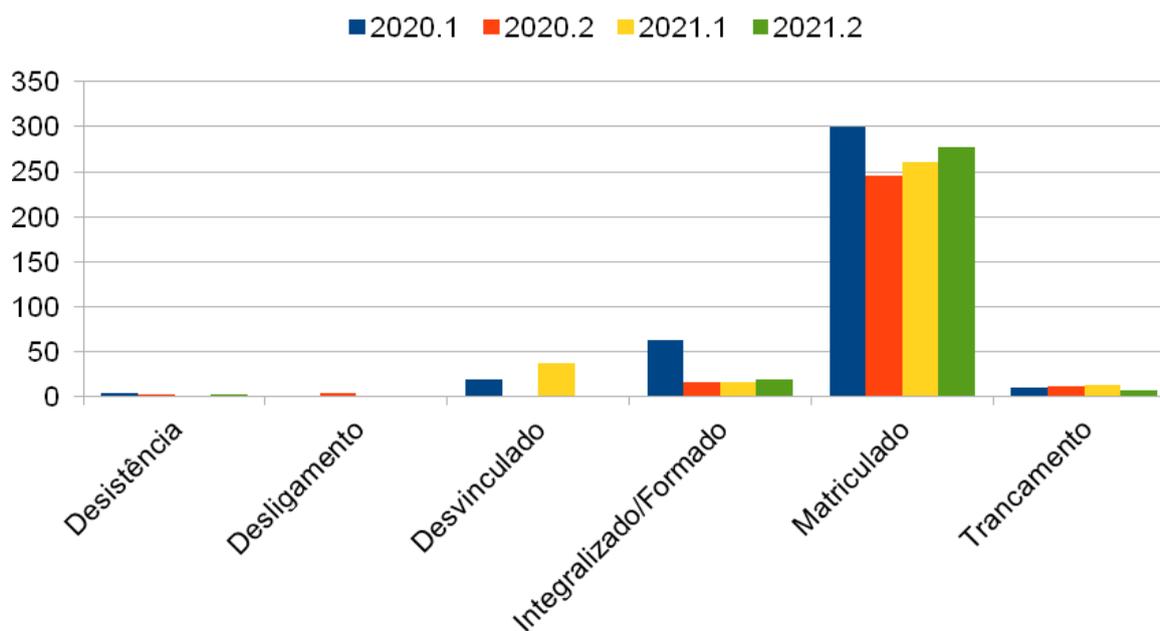
Quadro 3 – Situação Acadêmica na Licenciatura em Letras / UFAPE, anos 2016 a 2021, por semestre letivo.

Licenciatura em Letras												
	Semestre letivo											
Semestre letivo	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1			
Desistência	7	0	0	0	3	2	5	1	3	2	0	1
Desligamento	0	1	3	1	4	1	0	2	0	3	0	0
Desvinculado	48	0	41	0	45	0	24	0	19	0	37	0
Integralizado/Formado	12	11	24	21	13	17	20	21	62	16	15	19
Matriculado	244	268	271	282	263	278	290	304	300	246	260	277
Trancamento	15	13	12	4	13	12	7	7	10	11	12	6
Total	326	293	351	308	341	310	346	335	394	278	324	303

Fonte: SIG@ – acesso em 04/11/2022



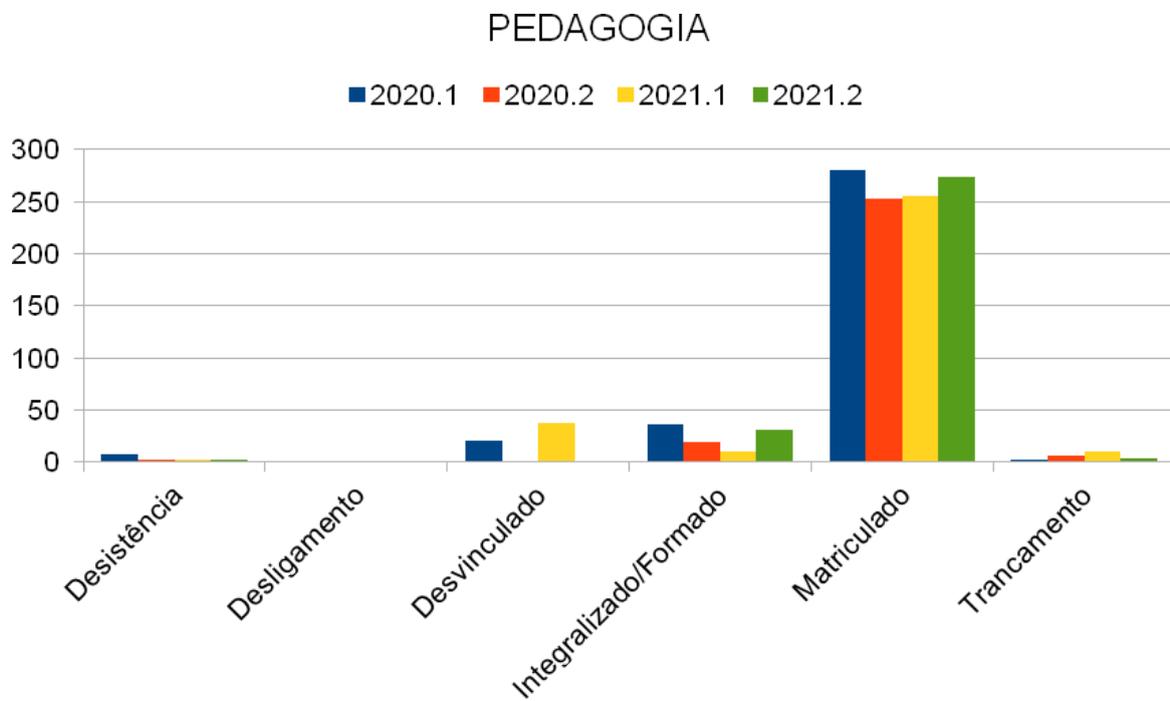
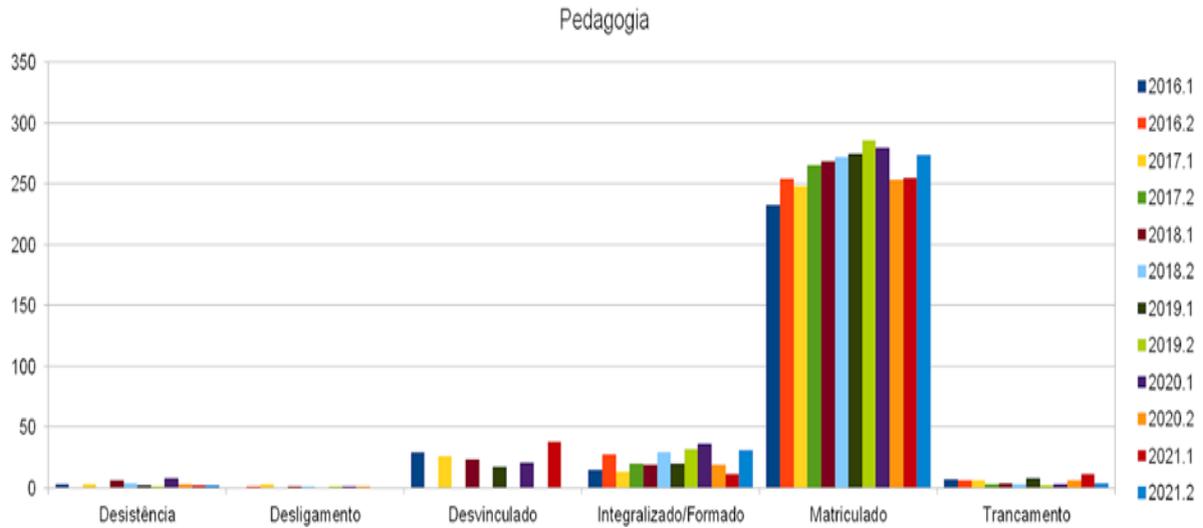
LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS



Quadro 4 – Situação Acadêmica na Licenciatura em Pedagogia/ UFAPE, anos 2016 a 2021, por semestre letivo.

Licenciatura em Pedagogia

situação acadêmica	Semestre letivo											
	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
Desistência	3	0	3	0	6	4	2	1	8	3	2	2
Desligamento	0	1	3	0	1	1	0	1	1	1	0	0
Desvinculado	29	0	26	0	23	0	17	0	21	0	38	0
Integralizado/ Formado	15	28	13	20	19	29	20	32	36	19	11	31
Matriculado	23 3	25 4	24 8	26 5	26 9	272	27 5	28 6	28 0	25 3	25 5	27 4
Trancamento	7	6	6	3	4	3	8	2	3	6	11	4
Total	28 7	28 9	29 9	28 8	32 2	309	32 2	32 2	34 9	28 2	31 7	31 1



4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA NA UFAPE

Ensino, pesquisa e extensão formam um tripé obrigatório nas universidades e são indissociáveis, conforme está posto no artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998). Essa tríade, como assim comumente chamamos, além de contribuir para a produção de novos conhecimentos, busca efetivamente promover a articulação entre universidade e sociedade, construindo espaços de diálogo e trocas.

Nas ações universitárias, busca-se o equilíbrio interativo entre esses três elementos do tripé, pois somente assim essa instituição cumprirá verdadeiramente seu papel na sociedade. Compreendemos que o ensino é retroalimentado pelas atividades de pesquisa e extensão, pois este tem como objetivo principal contribuir para a ampliação dos conhecimentos dos aprendizes. Esses conhecimentos, por sua vez, são oriundos de observações, análises e investigações realizadas de maneira sistemática e metodológica, evidenciando o quão importante é o papel da pesquisa. Já os objetos a serem pesquisados, estes emanam das demandas sociais, dos interesses em torno de determinado objeto de conhecimento, da busca por soluções para problemas que nos afetam, enfim, devem estar inteiramente interligados à sociedade, mantendo uma prática resultante à reflexão social, não somente com preceito técnico/científico.

Em se tratando da formação inicial dos estudantes dos cursos de Licenciatura, a tríade ensino, pesquisa e extensão é condição *sine qua non* para a construção de uma boa base formativa. Os estudantes têm a oportunidade, em vários momentos ao longo do curso, de adentrar à realidade educacional e conhecer melhor o chão da escola pública. Uma dessas oportunidades (e possivelmente a principal) é por meio das disciplinas de estágio obrigatório curricular.

Entendemos o Estágio Supervisionado como campo de conhecimento, pesquisa e extensão. Ou seja, com essa compreensão, a escola deixa de ser vista como um lugar onde apenas se aplica os conhecimentos científicos e passa a ser entendida como um espaço de produção de conhecimento sobre a prática pedagógica desenvolvida no cotidiano da escola pública, com os atores que fazem parte desse contexto. Vemos no Estágio Supervisionado uma importante possibilidade de contribuição para que o exercício da profissão de professor não seja concebido apenas como um momento de “estar” na sala de aula desenvolvendo o ensino, mas como uma profissão, como qualquer outra, que requer a prática da pesquisa e

da extensão. Ao adotarmos tais preceitos, estaremos colaborando significativamente para a formação de um professor mais reflexivo, capaz de analisar o seu fazer e redimensionar as suas ações.

Contudo, essa capacidade reflexiva não é naturalmente adquirida; ela precisa ser estimulada, mediada durante os processos de formação inicial e continuada. Ou seja, é necessário que, ao longo das experiências no chão da escola, o estudante de licenciatura e/ou professor formado possa ser estimulado a refletir sobre a prática docente e o cotidiano escolar, realizando articulações com aspectos teóricos. Isso porque muitos dos conhecimentos que os professores utilizam durante o seu processo de ensino costumam ser tácitos, espontâneos, implícitos, intuitivos, interiorizados, experimentais e cotidianos, os quais são mobilizados no seu dia a dia e lhes permitem dar conta de suas tarefas docentes cotidianas e mais fáceis de forma quase automática, como um hábito, sem precisar pensar a respeito delas. É um tipo de conhecimento construído, portanto, pelos professores durante a sua ação e o seu uso não depende de sua capacidade de descrevê-lo em palavras, embora seja possível para um professor, por meio da observação e da reflexão sobre suas ações, realizar uma descrição desse saber tácito que está implícito nelas.

Por sua vez, esse saber mais tácito pode não dar conta de todas as demandas. Isto porque a rotina de sala de aula sempre gera resultados inesperados, surpresas ou problemas, os quais não estão conforme planejamos. Diante dessas situações novas que extrapolam a rotina, o professor pode responder à ação por meio de uma reflexão sobre ela, pensando no que fez e tentando compreender como o seu ato pode ter levado ao resultado não esperado. Quando esta reflexão acontece durante a aula, por exemplo, o professor tem a possibilidade de interferir na aula ainda em andamento. É dessa forma que, através da reflexão, os professores conseguem criar estratégias para resolver problemas e, assim, criam ou constroem novas soluções e novos caminhos para a sua prática. Vale salientar, ainda, que tal processo também não exige palavras.

Ao realizar esse movimento de reflexão, o professor acaba construindo um repertório de experiências, as quais são mobilizadas por ele repetidas vezes em situações parecidas e caracterizam seu conhecimento prático. Tal conhecimento permite que ele, enquanto profissional experiente, dê conta de situações da prática que são únicas, incertas e conflituosas.

Todavia, nem sempre esse saber da ordem da experiência é suficiente e consegue dar conta de certas situações novas, as quais trazem problemas que vão além do repertório construído. Tais situações exigem do profissional uma maior investigação sobre o problema surgido. Assim, por exemplo, o professor, depois da aula, pode refletir sobre o que aconteceu em sala, como pensou, os significados que atribuiu à situação e em novos sentidos. Tal

movimento, por sua vez, é uma ação, uma observação e uma descrição que exige o uso de palavras.

Durante toda essa movimentação reflexiva, o professor acaba mobilizando vários saberes, ancorados pelos saberes experienciais, dentre eles os saberes acadêmicos. Entretanto, reconhecemos que a relação estabelecida, pelos professores, entre teoria e prática não é uma mera aplicação da primeira sobre a segunda. Ao iniciarem suas atividades docentes, eles começam a compreender que os saberes profissionais adquiridos na universidade têm limites. Os docentes reagem de formas diferentes a essa descoberta: alguns dizem rejeitar completamente a sua formação anterior e defendem que a experiência docente é a única responsável pelo êxito do ensino-aprendizagem; outros reavaliam a sua formação anterior, considerando que alguns aspectos foram úteis, mas outros nem tanto. De todo modo, eles procuram estabelecer uma distância crítica em relação aos saberes teóricos. E fazem isso julgando a pertinência e a adequação de sua formação anterior ou continuada com base nos seus saberes advindos da experiência, de modo a atualizar os conhecimentos já adquiridos. Assim, notamos o papel essencial que adquire a experiência na mobilização de saberes acadêmicos por parte dos professores.

A experiência é responsável pela capacidade do professor de retomar criticamente seus outros saberes, principalmente os teóricos, sendo capaz de revê-los, filtrá-los, selecioná-los, julgá-los, avaliá-los e, sobretudo, reconstruí-los a partir do cotidiano. Dessa forma, fica claro que os professores não apenas testam ou reproduzem as teorias que lhes chegam, mas, com base nelas e a partir da sua experiência, são capazes de criar novos usos e ressignificar suas práticas.

Partindo deste modo de pensar, entendemos que os professores em formação precisam ser incentivados a não simplesmente “aplicar” nas salas de aula as teorias vistas na universidade, mas sim a aprender a utilizar os saberes teóricos para pensar a prática e, da mesma forma, a usar os saberes aprendidos na prática para repensar as teorias. Ao serem incentivados a realizar esse movimento de retroalimentação de saberes, entendemos que estaremos contribuindo para formação de professores mais críticos, autônomos e seguros.

No decorrer dos estágios obrigatórios bem como das regências de programas como o PIBID e o Residência Pedagógica, podemos acompanhar mais de perto esse movimento reflexivo. Os futuros professores, enquanto aplicam seus projetos, sequências didáticas ou implementam outros dispositivos didáticos, se deparam com algumas situações conflituosas, diante das quais precisam refletir sobre sua ação e decidir como agir, redirecionando a ação. Ao mesmo tempo, nas aulas presenciais das disciplinas de estágio, assim como nos momentos

coletivos proporcionados pelos programas mencionados, os professores mais experientes que acompanham esses alunos (docentes da universidade, professores supervisores e professores preceptores) podem criar oportunidades de reflexão sobre o que foi vivenciado nas salas de aula, promovendo situações em que os/as licenciandos/as sejam incentivados/as a parar, pensar e falar (consciente e explicitamente) a respeito das reflexões e das ações que realizaram na sua sala de aula durante as regências.

Pensando as vivências do Estágio Supervisionado como vias de mão-duplas, nas quais todos os envolvidos crescem mutuamente; os estudantes de licenciatura ganham ao terem como parceiros formativos os professores mais experientes e as escolas ganham com os momentos de troca entre eles, uma vez que os estudantes podem ajudar na reoxigenação do fazer docente em sala de aula à medida que socializam novas propostas de ensino e novas formas de lidar com a realidade educacional. Sem dúvidas, isso pode gerar também melhores resultados de aprendizagens para os alunos da Educação Básica. Sinalizamos algumas ações/atividades que podem ser construídas nessa direção: realização de palestras, oficinas e minicursos nos quais a comunidade acadêmica e a comunidade escolar participem e, que de forma conjunta, possam discutir questões educacionais relevantes para a realidade das nossas escolas públicas; realização de projetos de intervenção, através dos quais alunos estagiários e professores regentes possam, juntos, diagnosticar os problemas e atuar, colaborativamente, na superação das dificuldades dos alunos.

O desafio é, portanto, pensarmos alternativas que possibilitem um amplo envolvimento discente com o cotidiano escolar. Tais buscas podem ocorrer (e se consolidar) também por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão que procurem estabelecer um elo entre a universidade e as escolas de Ensino Fundamental e Médio das regiões circunvizinhas do Agreste Meridional.

5. O PERFIL DO EGRESSO DA UFAPE: QUE PROFESSORES QUEREMOS FORMAR?

O perfil do egresso dos cursos de licenciatura foi construído levando-se em conta os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura (Letras e Pedagogia) oferecidos pela UFAPE, uma vez que estes têm como finalidade formar profissionais com as competências necessárias para atuar na educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, bem como em outras áreas de sua atuação nesta região e nas demais regiões do país.

A UFAPE prioriza uma formação acadêmica que valoriza os saberes necessários para o exercício e o desenvolvimento da docência, atendendo às demandas do mercado de trabalho local e nacional, tomando como princípio norteador a relação entre teoria e prática ao longo da sua formação acadêmica.

Assim, os egressos dos cursos de licenciatura da UFAPE precisam reunir, em sua formação, as competências práticas e teóricas necessárias para analisar criticamente o seu fazer e redimensionar as suas ações didáticas, com autonomia, compromisso e ética profissional. Espera-se com isso formar um profissional capaz de realizar um movimento contínuo de reflexão na/para a ação, demonstrando ética, competência, resiliência, compromisso, respeito às pessoas, além de contribuir ativamente para o desenvolvimento humano, local e humano do país como um todo.

6. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO E O PAPEL DA UFAPE NESSE CONTEXTO

Para traçarmos um panorama do cenário da educação básica da região do Agreste Meridional de Pernambuco, é fundamental entendermos, inicialmente, que esta é uma das 12 (doze) regiões de desenvolvimento do Estado, sendo composta por 26 municípios: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa, sendo, portanto, uma região com um número significativo de habitantes.

Na figura 1, é possível perceber que a cidade de Garanhuns se encontra quase ao centro da região e, por sua importância e desenvolvimento econômico, é um município que atende às cidades que estão no seu entorno, contribuindo para a formação educacional não apenas de seus habitantes, mas de muitos estudantes que se deslocam de outras regiões do Estado, e do país, até a cidade das flores, para estudar e se aperfeiçoar profissionalmente.

Figura 1 – Mapa do Agreste Meridional de Pernambuco



Fonte: <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/curso-04--participao-por-regio--agreste>

Segundo o censo demográfico de 2010, esse grupo de cidades totalizava uma população de 651.727 indivíduos, com uma projeção de 690.301 sujeitos para 2021. A maioria dos municípios possui população abaixo de 30.000 habitantes e apenas 5 deles têm mais de 40.000 pessoas, sendo a cidade de Garanhuns a mais numerosa, com uma população estimada em 141.347 para 2021, conforme se pode ver na tabela 1:

Tabela 1: População das cidades do Agreste Meridional de Pernambuco

CIDADE	POPULAÇÃO – CENSO 2010	POPULAÇÃO ESTIMADA - 2021
Águas Belas	40.235	43.923
Angelim	10.202	11.301
Bom Conselho	45.503	48.975
Brejão	8.844	8.981
Buíque	52.105	59.448
Caetés	26.577	29.065
Calçado	11.125	10.983
Canhotinho	24.521	24.743
Capoeiras	19.593	20.048
Correntes	17.419	18.327
Garanhuns	129.408	141.347
Iati	18.360	19.282
Itaíba	26.256	26.268
Jucati	10.604	11.545
Jupi	13.705	15.007
Jurema	14.541	15.483
Lagoa do Ouro	12.132	13.300
Lajedo	36.628	40.883

Palmeirina	8.189	7.509
Paranatama	11.001	11.608
Pedra	20.944	22.716
Saloá	15.309	15.880
São João	21.312	23.002
Terezinha	6.737	7.737
Tupanatinga	24.425	27.793
Venturosa	26.052	18.835
Total	651.727	690.301

Fonte: IBGE

Desse total de 690.301 habitantes estimados para o ano de 2021, temos ainda parte dos estudantes de 6 a 14 anos fora da escola, visto que a taxa de escolarização ainda se encontra um pouco abaixo do padrão nacional, que é de 99,7% para a mesma faixa etária. É o que fica evidenciado na tabela 2:

Tabela 2: Taxa de escolarização em 2021 – 6 a 14 anos

CIDADE	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO - 6 a 14 anos
Águas Belas	96,10%
Angelim	96,40%
Bom Conselho	96,20%
Brejão	96,30%
Buíque	94,70%
Caetés	92,60%
Calçado	97,10%
Canhotinho	91,80%
Capoeiras	96,50%
Correntes	93,10%
Garanhuns	96,80%
Iati	90,50%
Itaíba	93,30%
Jucati	98%
Jupi	96,30%
Jurema	96%
Lagoa do Ouro	96,50%

Lajedo	97,90%
Palmeirina	94%
Paranatama	97,90%
Pedra	92%
Saloá	97,40%
São João	96,30%
Terezinha	95,70%
Tupanatinga	96%
Venturosa	97,50%

Fonte: IBGE

Na tabela 2, identificamos que 8 cidades (Buíque, Caetés, Canhotinho, Correntes, Iati, Itaíba, Palmeirina e Pedra), ou seja, quase um terço da região apresenta uma taxa de escolarização abaixo de 95%. Assim, para além do desafio da melhoria da qualidade de ensino na região, precisamos fazer com que os estudantes tenham acesso à escola, a fim de que possam receber a educação formal a que têm direito constitucional.

Outro aspecto que merece destaque na discussão sobre a realidade da educação no Agreste Meridional são os dados de distorção entre idade e série, tanto nas turmas do Ensino Fundamental quanto nas turmas do Ensino Médio. Na tabela 3, temos os percentuais referentes ao Ensino Fundamental, no ano de 2021:

Tabela 3: Distorção idade-série no Ensino Fundamental
no Agreste Meridional em 2021

CIDADE	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Ensino Fundamental – Anos Finais
Águas Belas	14,1%	26,1%
Angelim	10,5%	36,5%
Bom Conselho	12,1%	31,1%
Brejão	7,6%	23,8%
Buíque	11,7%	27,9%
Caetés	5,2%	25,4%
Calçado	7%	26,5%
Canhotinho	10,7%	32,9%
Capoeiras	3,2%	21,9%
Correntes	11%	34,2%
Garanhuns	12,5%	25,2%
Iati	10,3%	28,8%
Itaíba	19,9%	29,5%
Jucati	6,3%	27,3%
Jupi	6,2%	19,2%
Jurema	9,6%	16,3%
Lagoa do Ouro	12%	41,8%
Lajedo	8,5%	24,1%

Palmeirina	9,7%	33%
Paranatama	6,9%	20%
Pedra	9%	26,2%
Saloá	9,9%	25,6%
São João	4,8%	24,7%
Terezinha	13,2%	35,6%
Tupanatinga	18,5%	31,6%
Venturosa	4,8%	21,2%
Média	9,8%	27,5%

Fonte: IBGE e INEP²

Como se pode notar na tabela 3, o percentual de distorção idade-série aumenta significativamente quando os estudantes passam dos anos iniciais do Ensino Fundamental para os anos finais do mesmo nível de ensino. Em comparação à média de Pernambuco, que tem 10,6% de distorção nos anos iniciais, pode-se afirmar que a região se encontra próxima à situação geral apresentada pelo estado. Já nos anos finais, a média 27,5% de distorção está acima da de Pernambuco, que tem percentual de 23,3% de distorção. Ademais, é importante observar que alguns municípios da região apresentam um índice ainda maior, chegando a 41%, como no caso de Lagoa do Ouro. Outros 6 municípios (Tupanatinga, Terezinha, Correntes, Canhotinho, Bom Conselho e Angelim) possuem um percentual acima dos 35%. Essa, sem dúvida alguma, é uma realidade que exige uma solução urgente.

Em relação ao Ensino Médio, destaca-se a alta distorção idade-série, conforme pode-se perceber na tabela 4:

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Tabela 4: Distorção idade-série no Ensino Médio
no Agreste Meridional em 2021

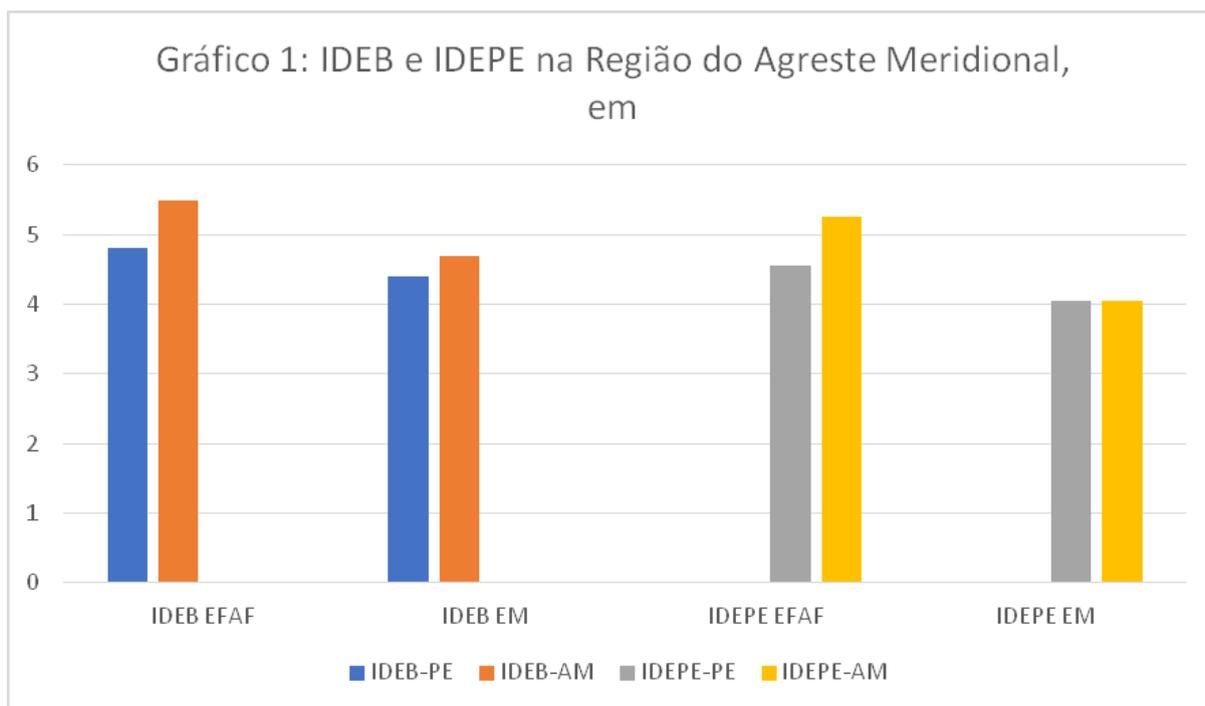
CIDADE	ENSINO MÉDIO
Águas Belas	30,2%
Angelim	30,1%
Bom Conselho	29,9%
Brejão	28,2%
Buíque	30,3%
Caetés	22,3%
Calçado	18,1%
Canhotinho	28,5%
Capoeiras	22,5%
Correntes	31,4%
Garanhuns	20,3%
Iati	30,1%
Itaíba	34,2%
Jucati	18,3%
Jupi	14%
Jurema	25,9%
Lagoa do Ouro	28,6%
Lajedo	9,7%

Palmeirina	26,4%
Paranatama	20,9%
Pedra	33,8%
Saloá	26%
São João	35,8%
Terezinha	27,1%
Tupanatinga	32,7%
Venturosa	18,1%
Média	25,9%

Fonte: IBGE e INEP

No que se refere ao Ensino Médio, as taxas de distorção idade-série são bastante altas, com média de 25,9%, índice superior ao pernambucano, que é constituído por 21,8%. Além disso, no grupo de cidades do Agreste Meridional, em nove delas, o percentual de distorção encontra-se acima dos 30%, o que significa que, de cada 100 estudantes do Ensino Médio, mais de 30 deles estão atrasados há pelo menos dois anos em sua trajetória escolar. Essa situação, sem dúvida alguma, demanda um olhar cuidadoso para a formação de estudantes que têm, por alguma razão, recebido a educação formal fora da faixa etária adequada.

Apesar da situação acima descrita, a região do Agreste Meridional apresenta um índice de qualidade em educação acima da média do Estado de Pernambuco. Vejamos, no gráfico abaixo, os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), aferido pelo governo federal, e do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), do governo do estado. Destacamos que os dados são referentes aos anos finais do Ensino Fundamental (AFEF) e ao Ensino Médio (EM) no Estado de Pernambuco e no Agreste Meridional (AM)



Fonte: CGGR/ GRE Agreste Meridional

Ainda com base nos dados do IDEB, outra informação relevante sobre o Agreste Meridional é que nela se encontra a 2ª. melhor escola de Ensino Fundamental do Brasil e a 7ª. de Ensino Médio. É a Escola de Aplicação Professora Ivonita Guerra, que está localizada no campus da Universidade de Pernambuco (UPE), na cidade de Garanhuns.

Tendo discutido alguns dados referentes à situação dos estudantes no Agreste Meridional, vejamos, nesse momento, informações sobre o grupo de docentes da região. Na tabela 5, destacamos o número de professores que atuam tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio:

Tabela 5: Número de docentes do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Agreste Meridional, em 2021

CIDADE	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Águas Belas	269	60
Angelim	82	18
Bom Conselho	296	75
Brejão	73	16
Buíque	346	110
Caetés	186	40
Calçado	75	16
Canhotinho	177	30
Capoeiras	132	22
Correntes	104	25
Garanhuns	867	317
Iati	122	26
Itaíba	186	36
Jucati	81	21
Jupi	127	21
Jurema	96	18
Lagoa do Ouro	89	21

Lajedo	341	84
Palmeirina	52	13
Paranatama	108	24
Pedra	162	41
Saloá	116	23
São João	149	27
Terezinha	57	11
Tupanatinga	173	28
Venturosa	122	31
Total	4.588	1.154

Fonte: IBGE

Em 2021, no que se refere aos docentes do Agreste Meridional, a tabela 5 mostra 4.588 professores no Ensino Fundamental e 1.154 no Ensino Médio. Esses números representam, respectivamente, um percentual de 8,46% e 6,18% do total dos docentes de Pernambuco no mesmo ano. A maioria desses professores possui formação universitária, mas, lamentavelmente, em 2020, ainda foi possível identificar docentes apenas com Ensino Fundamental completo ou até mesmo incompleto, conforme dados da tabela 6:

Tabela 6: Escolaridade dos docentes do Agreste Meridional em 2020

CIDADE	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio	Ensino Superior completo
Águas Belas		4	97	296
Angelim			15	102
Bom Conselho		3	126	327
Brejão			2	109
Buíque	5	6	170	350
Caetés			7	257
Calçado			22	96
Canhotinho		1	76	187
Capoeiras			47	139
Correntes			13	155
Garanhuns			196	1.270
Iati		1	62	145
Itaíba		1	45	224
Jucati		1	16	130
Jupi			57	164
Jurema	7		61	101
Lagoa do Ouro			16	128

Lajedo			133	439
Palmeirina			16	66
Paranatama			65	81
Pedra	1	2	65	136
Saloá		2	71	133
São João			45	187
Terezinha			11	59
Tupanatinga	2		79	155
Venturosa	8		36	163
Total	16	21	1.549	5.599

Fonte: Plataforma QEdU

Apesar de a maioria dos professores do Agreste Meridional possuírem formação universitária, destaca-se o fato de haver na região 16 deles que não finalizaram o Ensino Fundamental e outros 21 que terminaram apenas essa etapa da educação básica. Além disso, o número de 1.549 docentes que cursaram somente o Ensino Médio é bastante alto, o que revela a grande responsabilidade da UFAPE na formação de professores para a região, já que ela é a única universidade federal de ensino superior, nesse espaço geográfico, com cursos de licenciatura voltados à formação inicial de professores.

Além da UFAPE, na região, existe um Instituto Federal, que também oferece cursos superiores, mas nenhum de licenciatura, embora apresente curso de pós-graduação *lato sensu* na área de Letras. Temos ainda, em Garanhuns, um polo da Universidade de Pernambuco com cursos superiores, dentre eles Letras e Pedagogia. Na rede municipal da cidade de Garanhuns, há duas faculdades: a Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA) e a

Faculdade de Direito de Garanhuns (FCG), ambas pertencentes a AESGA (Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns) e algumas instituições particulares de ensino superior.

Ressaltamos, ainda, que, apesar de a Região do Agreste Meridional ser constituída por 26 cidades, todas as instituições de ensino superior estão na cidade de Garanhuns, sendo a UFAPE a única universidade federal para atender tanto a formação inicial como a formação continuada de professores.

7. CAMINHOS PARA OPERACIONALIZAR O DIÁLOGO ENTRE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

Na UFAPE, a relação entre formação inicial e continuada de professores não é vista de forma dicotômica nem tampouco pela lógica da complementação ou da falta. Ao contrário, a formação docente é compreendida dentro de um movimento contínuo de retroalimentação envolvendo diferentes instâncias e agentes educativos e a sociedade civil.

Sob esse viés, os cursos de licenciatura da UFAPE precisam considerar, na elaboração dos seus projetos curriculares, as demandas advindas tanto do contexto educacional local, e isso inclui o cenário da educação na região do agreste meridional pernambucano, quanto das políticas públicas de formação docente em âmbito local e nacional.

Na mesma direção, o compromisso com a formação continuada dos professores é um dever da universidade, sejam esses professores egressos das licenciaturas, sejam eles permanentes do quadro de servidores da própria UFAPE.

Para tal, a universidade já oferece programas de pós-graduação, como o Mestrado Profissional em Letras, que se propõe a qualificar os professores de língua que já atuam na rede pública da educação básica. Além disso, a UFAPE também está aberta ao engajamento em fóruns locais e nacionais de discussão sobre formação de professores e a parcerias com os sistemas públicos de ensino da região (municipais e estadual) de modo a encontrar formas efetivas de implementar uma política de formação inicial e continuada que possibilite a valorização e o desenvolvimento profissional dos professores.

Na UFAPE, o processo formativo é compreendido como um movimento coletivo de troca de saberes, de compartilhamento de experiências, de profissionalização, de reflexão na ação e sobre a ação docente. Sendo assim, algumas ações ainda podem ser empreendidas

nesse sentido, tais como: 1) a implementação de uma política institucional de formação continuada dos professores; 2) a criação de grupos de estudos e de pesquisa com participação de docentes da universidade e da educação básica; 3) o desenvolvimento de projetos de extensão com viés educacional, em espaços escolares e não escolares; 4) a participação em fóruns de educação; 5) a implementação de mais programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* que focalizem o desenvolvimento profissional de professores da educação básica; 6) a realização de eventos acadêmicos e científicos com foco na difusão e no fomento de propostas de ensino inovadoras e na produção de materiais didáticos para a educação básica, entre outras.